

Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades

Parry Scott Projetos de Desenvolvimento não são homogêneos, não se desenvolvem em (*UFPE*) vazios, e ocorrem em tempos históricos e contextos sociais que influenciam tanto o seu sucesso em atingir objetivos, quanto a dimensão dos seus impactos. Quando se implantam projetos de desenvolvimento, o processo de planejamento e de aglutinação de múltiplos agentes de transformação intensifica em torno de alguns objetivos que nunca são elaborados pela maioria das pessoas que residem na região a ser afetada pelos projetos. Para entender isso, neste trabalho descreve-se uma área alvo de numerosos projetos grandes de investimentos no Nordeste brasileiro. Da data do início das obras para a construção da barragem de Sobradinho (1973) até hoje é um tempo que permite que se acompanhe uma diversidade de transformações que mostram uma geopolítica de negociações que redefinem constantemente disputas sobre territórios, tangíveis e intangíveis, ao longo de um trecho determinado do Rio São Francisco. Para compreender as relações de poder que informam esta diversidade, o trajeto traçado neste estudo requer: 1) uma caracterização da área investigada e das investigações feitas; 2) uma apresentação de diversos espaços e maneiras de ocupação ao longo do trecho do rio, diferenciando entre projetos de desenvolvimento e projetos de vida, de acordo com disputas em torno da fabricação de vocações, e; 3) uma análise da negociação de tempos e de obras que afetam as relações desiguais entre planejadores e executores de projetos de desenvolvimento e a população impactada que permita compreensão do contexto investigado e de outros contextos. O resultado deste trajeto é um retrato de uma diversidade que ao mesmo tempo em que desafia pontualmente os planos dos promotores de projetos, confirma a sua capacidade de construção de vocações que intimidam e excluem grandes porções dos impactados, mitigados ou não, de boa parte dos benefícios de desenvolvimento.

DE BARRAGEM EM BARRAGEM – SOBRADINHO A ITAPARICA E PLANOS PARA O FUTURO

O Rio São Francisco, por conter a principal bacia hidrográfica que atravessa a região semiárida do sertão nordestino brasileiro, tem sido o alvo histórico de inúmeros projetos de aproveitamento de recursos hídricos, plantio e criação. Ao focar bem mais que meio século, enfatizando as últimas quatro décadas (1973-2013) é possível compreender a configuração complexa de múltiplos processos de negociações de controle de territórios e recursos, tangíveis e intangíveis, caracterizada pelos encontros de diferentes projetos de desenvolvimento e diferentes projetos de vida. Ao tomar a barragem de Sobradinho como o ponto ocidental de referência e a barragem de Itaparica (formalmente Luiz Gonzaga) como o ponto oriental, descreve-se um trecho de 435 quilômetros lineares¹ do rio e do seu entorno. A habitação da área remonta à época pré-colonial, e além das habituais atividades de pesca e de transporte ribeirinho, passa por períodos seculares de implantação de missões por companhias religiosas para regimentar o trabalho e catequizar a população indígena, pelo estabelecimento de fazendas de gado bovino e caprino, de plantio de algodão e açúcar, e do uso agrícola e residencial por comunidades de ex-escravos e de homens livres.

O aproveitamento de recursos hídricos para a geração de energia data da implantação de rodas de água para operar engenhos de açúcar (ver Moura 2002; Pierson 1972; Andrade 1963), e passou por uma transformação de grau com os projetos de Delmiro Gouveia para instalar indústrias que dependiam dessa fonte de energia no início do século XIX (Angiquinho em 1913) em Paulo Afonso, na divisa de Bahia, Pernambuco e Alagoas. A partir dessa época, se aperfeiçoavam sucessivamente projetos de engenharia que planejavam a construção de barragens e represas como projetos de desenvolvimento da região. Nos anos 1940 (1948) a construção do complexo de barragens do Complexo Paulo Afonso (no lado oriental, pela CHESF) e, mais tarde, a barragem de Três Marias (1957) em Minas Gerais (no lado ocidental-sul, pelo CEMIG) inaugurou um período intenso de realização destes projetos que modificam profundamente a vida e as vidas em torno do Rio. O recorte à jusante de Sobradinho e à montante de Itaparica não é arbitrário, pois as comportas destas barragens foram abertas em 1979 (após seis anos de construção) e 1988 (após nove anos de construção) respectivamente, e o planejamento de mais duas barragens neste trecho (Pedra Branca e Riacho Seco) ainda não resultou no início de nenhuma construção, apesar de muitos estudos estarem sendo realizados. A barragem de Xingó (inaugurada em 1993) ficou a jusante de Paulo Afonso e não está incluída na área geográfica deste estudo, mesmo que a sua construção tenha servido para divulgar a capacidade de engenharia de construção e de geração de energia elétrica da CHESF, a sua construção de seis anos foi iniciada apenas um ano antes da abertura de Itaparica. Mesmo construída fora da área em estudo, ela desviou atenção das ações mitigadoras de Itaparica e aliviou, parcialmente, a tensão nas relações entre a população ribeirinha e a CHESF por ter afetado um número menor de habitantes locais (ver coletânea do Siqueira 1997).



Mapa 1: Rio São Francisco com barragens de Sobradinho e Itaparica

O que se descreve aqui resulta de 26 anos de acompanhamento dos reassentados de Itaparica, cujas condições de ribeirinhos e cujo traslado para novos destinos foram acompanhados por mim, como co-coordenador de uma pesquisa que durou 18 meses (1987-1989), encomendada à Fundação Joaquim Nabuco pela CHESF, em resposta às exigências do Banco Mundial². O Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, que defendia os interesses dos ribeirinhos (ver Araujo 1994; Scott 2009) e a própria CHESF (que implantava a barragem e coordenava o reassentamento) foram os principais interlocutores. Depois da realização deste estudo, com o apoio do CNPQ e da Fundação Ford³ realizei uma série de pesquisas sobre gênero, geração saúde e sexualidade nas práticas cotidianas e nas estratégias de defesa da população (Scott *et al.* 2007, 2009), bem como, em resposta a uma demanda surgida do Pólo Sindical, sobre a ocorrência da violência⁴ doméstica e montagem de redes de defesa contra essa violência (Scott *et al.* 2010; Scott 2012b, 2014).

De 2008 a 2010, novamente a pedido (indireto) da CHESF, através de entidades que estudavam o ambiente e realizavam pesquisas sociais ou ambientais⁵, trabalhei com uma equipe multidisciplinar como o responsável pelos capítulos sobre populações ribeirinhas tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração de um estudo de Impacto Ambiental e um Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA-RIMA) que visava entender as possíveis consequências do projeto de barragem de Riacho Seco sobre a população, economia e cultura locais numa área extensa entre as barragens de Sobradinho e Itaparica (incluindo os municípios de Curaçá, Juazeiro, Abaré, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Petrolina, Orocó). É digno de nota que a CHESF procedeu a um desmembramento dos estudos para a barragem de Riacho Seco, e da Pedra Branca, por diversas razões, entre as quais, segundo muitos observadores, se incluía a capacidade dos grupos indígenas e, em menor grau, quilombolas, de se organizarem em oposição ao projeto.

De 2010 a 2011 coordenei a pesquisa “Três Pólos de Desenvolvimento e a vida sexual e reprodutiva de mulheres jovens em Pernambuco” que comparou o polo de desenvolvimento de turismo de Porto de Galinhas, o polo de complexo portuário-industrial de Suape e o polo de fruticultura irrigada para exportação de Petrolina-Juazeiro⁶. As dinâmicas de desenvolvimento nos três polos são muito diferentes, e, na ocasião foi possível aprofundar observações sobre Petrolina-Juazeiro, já vistas em parte nas pesquisas sobre os reassentados de Itaparica, mas desta vez focando as lógicas da instalação de perímetros irrigados associados a empresas de exportação com estímulos do Estado.

Fechando as pesquisas realizadas no trecho do Rio São Francisco, fui procurado, em 2012, para coordenar um estudo realizado à encomenda da CHESF e da FUNAI por licitação da empresa NEConsult. O estudo foi feito por exigência do Ministério Público em resposta a uma demanda do povo indígena Truká de um arquipélago em torno da Ilha de Assunção em Cabrobó, retomado por eles⁷. Nestas ilhas a CHESF reconhecia a dívida de um resíduo indenizatório pela implantação de uma linha de transmissão de energia, de Pernambuco para Bahia, que visava servir a população reassentada de Itaparica no projeto de Agrovilas Pedra Branca na Bahia. Na pesquisa eu coordenava a realização de um estudo socioambiental multidisciplinar fundamental para outra equipe calcular o valor da indenização. Contava com pesquisadores de biologia, zoologia, botânica, agronomia e economia, e foi

feito com o apoio de dois auxiliares de pesquisa indígenas e em diálogo constante com o povo indígena, estando em processo de encerramento ao escrever estas linhas.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DE VIDA: INICIATIVAS, PLANEJAMENTO E RESISTÊNCIA

CHESF e energia

Os muitos projetos elaborados neste trecho do Rio São Francisco variam de acordo com as suas iniciativas e objetivos, focando estes planos, e com o seu grau variável de compromisso com a história da população local e extra-local. Todos se relacionam, de uma forma ou outra, com o grande projeto de aproveitamento de recursos hídricos para a geração de energia que é comandado pela CHESF desde a sua criação em 1948. A energia é um produto de consumo vendido em espaços dispersos, com preferência para grandes consumidores, como residentes em centros metropolitanas e distritos industriais, ou seja, a ser consumido prioritariamente longe da fonte. Alcançar boas medidas de produção de energia exige planejamento ao longo prazo, investimento alto em tecnologia sofisticada, e pouco compromisso direto com a população local, que ora é removida, ora é reforçada com um desenvolvimento secundário de áreas residências, uma população diferenciada de trabalhadores técnicos, disponibilidade de energia e royalties municipais onde as turbinas funcionam para produzir a energia. O planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento, associado a este produto, têm hegemonia na configuração da multiplicidade de espaços em operação e negociação ao longo do Rio. A CHESF é uma companhia “de sociedade anônima de capital fechada” cujos diretores são indicados numa combinação, primeiro, de articulações políticas e, segundo, de competência técnica. A vocação predileta do Rio São Francisco, segundo este projeto, é a produção de energia, e não necessariamente a produção de um meio de vida local. A autonomia sugerida na sua designação legal de “sociedade anônima” não retira dela a percepção da população do que mais a caracteriza e que consta no homepage da Companhia: a de “uma empresa do governo federal ligada ao sistema Eletrobrás”. Ela, então, é vista pelos que residem ao longo do rio como o braço do Estado que tem poder decisório em muitas instâncias do poder, tanto extra-locais, quanto locais.

Os agentes de desenvolvimento que se articulam com a CHESF incluem, sobretudo, companhias de construção que organizam suas atividades e tempo para participação em leilões de serviços de acordo com determinações de agências controladoras governamentais como o ANEEL e o IBAMA, além do Ministério de Minas e Energia. Dessa forma, o seu planejamento vai muito além do aspecto técnico, precisando passar pela negociação política e econômica para ocupação de postos e pela associação próxima com a elite local e regional em cidades ao longo do rio.

CODEVASF e fruticultura irrigada para exportação

No mesmo período da criação da CHESF, 1948, surgiu a Comissão do Vale do Rio São Francisco (CVSF), transformando-se com o delineamento mais cheio das suas estratégias durante o período da ditadura militar, vinte anos mais tarde, na Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) (1967). Sete anos mais tarde (1974), se tornou a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba). A descrição atual da missão da CODEVASF se encontra no seu homepage (<http://www.codevasf.gov.br/empresa>)⁸:

A Codevasf é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que promove o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social.

(...)

A Empresa mobiliza investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura, particularmente para a implantação de projetos de irrigação e de aproveitamento racional dos recursos hídricos. É reconhecida principalmente pela implantação de polos de irrigação, a exemplo do Polo Petrolina–Juazeiro.

Ela mesma prioriza os seus impactos sobre a região como:

Esse desenvolvimento nas regiões de atuação da Empresa é determinado pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo e introdução de novas tecnologias e culturas, direcionadas a mercados exportadores e com a implantação de agroindústrias. Isso possibilita melhor aproveitamento da matéria-prima e se constitui em suporte à comercialização e ao crescimento das atividades de comércio e de serviços.

O resultado desse trabalho também leva à formação e à consolidação de polos de desenvolvimento regional, a exemplo dos polos de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) e do Norte de Minas Gerais. Esses polos têm contribuído para o aumento das exportações e da geração de superávites comerciais, através da oferta de produtos nobres e de alto valor comercial.

Comparativamente, é uma articulação diferente de capital que depende da regularidade do fornecimento de água e energia, assegurado pela CHESF como insumos, para a agricultura irrigada. Não é coincidência que a ênfase na produção de fruticultura irrigada recebe o reforço da re-estruturação empresarial logo depois da inauguração da barragem de Sobradinho (ver Cavalcanti 2004; Bonnano, Cavalcanti, 2010; Sigaud 1986), projeto de uma engenharia de sucesso, amplamente criticado pelos valores irrisórios ou nulos de indenizações aos atingidos pelo lago (Sigaud 1986; Paes-Machado 1987) e que ajudou na determinação de um regulamento mais protetor dessas populações como medida social e publicitária do seu principal financiador, o Banco Mundial (Cernea 1991).

A CODEVASF articula uma rede complexa de firmas exportadoras e de produtores irrigados, cuja existência e sucesso dependem do que um agrônomo da CODEVASF uma vez me descreveu como “um processo de seleção natural” que leva os colonos e os agricultores descapitalizados a falirem e as empresas melhor organizadas a conseguirem sobreviver. Esta vocação “naturalizada” para a fruticultura é extensamente regulamentada pelas exigências de um mercado internacional cujo controle de qualidade somente abre caminhos para empresas capitalizadas e eficientes, a seguir e aperfeiçoar o exemplo do Projeto Nilo Coelho de agricultura irrigada.

Como mostra o estudo de Melo e Fischer (1996) o impressionante boom demográfico de Petrolina e Juazeiro implica também na multiplicação de bairros populares de trabalhadores, muitos dos quais com famílias que não auferem um salário mínimo. A administração pública da cidade, em apoio ao projeto de CODEVASF, historicamente barateia espaços de auto-construção ajudada pela periferia urbana (a exemplos de São Gonçalo e de João de Deus⁹), formando uma população disponível para trabalho. Este trabalho tem uma sazonalidade que se define pelas estratégias empresariais duplas de 1) evitar o acúmulo de direitos trabalhistas, e 2) assegurar que o pico de produção corresponda ao auge de consumo nos destinos prediletos de consumo nacional e internacional. De fato, não são as estações do semi-árido nordestino na beira do São Francisco, que variam pouco, tendo sol e água todos os meses do ano, que informam a sazonalidade: são as estações de outros centros produtores e consumidores distantes do Vale. Programas de transferência de renda (bolsa família, chapéu de palha) mantêm a população, temporariamente desempregada, com renda e criam oportunidades para novos aprendizados de um modo que não falta trabalhador na fruticultura irrigada quando a necessidade de produção e exportação aperta.

Projetos Especiais de Reassentamento e Agricultura Familiar Diversificada

Do final dos anos 1980 para o início dos 1990 a CHESF, sob pressão dos financiadores da barragem de Itaparica (Banco Mundial) e do representante dos agricultores (o Polo Sindical do Sub-Médio São Francisco), construiu agrovilas, removeu a população, e os reassentou em projetos especiais ao longo de quase 300 quilômetros do Rio (de Glória e Petrolândia no leste até Abaré e Santa Maria da Boa Vista no oeste)¹⁰. Foram quarenta mil agricultores retirados da beira do rio para dar espaço para o reservatório de Itaparica. Descrevi em outro lugar (Scott 2010) os contrastes e negociações entre CODEVASF e a CHESF como componentes de um processo de sub-regionalização na qual, como representante da produção empresarial, lucrativa e eficiente do pólo Petrolina/Juazeiro, a CODEVASF recusa incorporar os agricultores familiares residentes e agrovilas dos projetos de reassentamento, alegando que os investimentos realizados apressadamente pela CHESF tinham falhas técnicas tão graves (drenagem, espaçamento de água, qualidade de material) que inviabilizavam a produção ao nível desejado pela CODEVASF. Implícito neste argumento técnico também está a ideia que os agricultores reassentados “novos”, mesmo após cinco anos de orientação internacional consorciada em produção agrícola irrigada, não teriam a capacidade empresarial, nem o acesso a capital, tão almejados pelo projeto codevasfiano. Usando o parâmetro que o agrônomo de CODEVASF, citado acima, me deu, pode-se dizer que estariam incorporando uma população que já foi excluída por outro processo de “seleção natural”, portanto, estariam assumindo um peso morto para os seus projetos. O confronto entre os dois grandes projetos de desenvolvimento resultou em pelo menos três resultados: 1) a continuação de produção de energia como objetivo prioritário da CHESF; 2) a preservação da qualidade técnica e concentração geográfica das empresas de fruticultura irrigada apoiadas pela CHESF; e 3) a continuação da assistência precária às famílias reassentadas como medida mitigadora da construção de Itaparica.

Este terceiro grupo, os reassentados que almejavam reconstruir as suas vidas, mal se qualificavam como fazendo parte de qualquer projeto de desenvolvimento, muito apesar da propaganda da CHESF ter anunciado que os atingidos mudariam “para melhor” e com este processo fariam agricultores de quem era assalariado ou posseiro, ou seja, sem terra. Na contabilidade da CHESF, o seu projeto marcava o mais alto custo por reassentados no tempo por causa dos elevados investimentos (inclusive uma verba compensatória até poderem produzir nas novas terras), e este custo era referido com lamurias por atrapalhar a eficiência do custo da sua geração de energia. Mas as condições de produção nas agrovilas eram inferiores às condições na beira do rio, de onde vieram muitos. Em alguns locais custou mais que quinze anos para implantar o equipamento de irrigação nas agrovilas. Em outros locais nem chegou. Muitas terras eram imprestáveis para agricultura. Muitos confrontos se deram entre residentes anteriores dos locais destinados para os reassentamentos e os reassentados, ou mesmo entre novos invasores das terras destinadas aos reassentados e os próprios reassentados. O ambiente social e assistência técnica e econômica foram pouco propícios à produção e comercialização. O apoio institucional precário criava um número grande de “pendências” sempre a se resolverem. Como população “mitigada” os reassentados constantemente ouvem o quanto receberem do governo, quanto era investido nas suas novas moradias, o quanto o governo enfrentou as suas espertezas de inclusão de migrantes recém-retornados e recém-casados interessados em lotes irrigados, o quanto eles deveriam tentar aprender novas práticas de irrigação que eram tão difíceis deles compreenderem. Parece que a mensagem passada pela CHESF (e a elite local aliada a ela) era para entender que as dificuldades pelas quais passaram eram por limitações próprias e não por falhas nos projetos de reassentamento (ver Rocha 2013 para uma comparação).

Cada um dos cinco projetos especiais e de borda de lago, dispersos nos municípios de Petrolândia, Glória, Abaré, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, somados aos outros projetos menores e opções de ir para as cidades, contribuíram para espalhar a população em locais com centenas a mais de quilômetros entre muitos deles do que tinha antes. Problemas se repetiram com mais ou menos gravidade de acordo com as especificidades de cada local de reassentamento: a própria localidade; as origens dos reassentados; as decisões de lideranças; a organização de associações e cooperativas; a proximidade das áreas urbanas; os plantios comerciais lícitos e ilícitos nos arredores (muitos localizados no polígono de maconha); as interações com povos indígenas, sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais e atingidos; a disponibilidade de pesca; as oportunidades de contratos comerciais de venda de produtos (inclusive internacionais); articulações para fornecimento de merendas escolares a prefeituras locais; e uma multiplicidade de outras atividades. Uma vez que a população estava removida, essa própria diversidade substitui parcialmente o projeto unificado anterior do polo sindical de assegurar as melhores condições de reassentamento, mesmo havendo apoios de entidades ecumênicas e religiosas, nacionais e internacionais que trabalhavam com direitos internacionais, bem como com agricultura sustentável no semiárido (que abraçava outros agricultores além dos reassentados). O Polo continua como aglutinador do conjunto, mas a própria dimensão das distâncias e a quantidade de tarefas de ajudar a administrar serviços e benefícios dos reassentados e de outros agricultores nos municípios, mesmo quando divididas com os sindicatos municipais, sobrecarrega os integrantes do polo

sindical no cotidiano. A busca de representar os interesses dos reassentados em sua procura por um projeto de vida como agricultores familiares, faz com que o polo se torne interlocutor com a CHESF (que fica mudando os setores responsáveis pelo acompanhamento dos seus pleitos) e busque parceiros diversos (CONTAG, FETAPE, Koinonia, SACTES, firmas de técnicos de agronomia), efetivamente dedicando-se a tentativas de assegurar que a população não seja esquecida nem desmobilizada.

Assentamentos dos sem Terra, Ribeirinhos, Fazendeiros, e a busca dos meios de vida

Entre Itaparica e Sobradinho há um trecho almejado pela CHESF de acordo com a sua programação quase secular (pois antecede a criação da própria instituição!) de duas barragens – Riacho Seco e Pedra Branca - que podem aproveitar uma nova tecnologia chamada “fio de água” que, em termos leigos, trabalha com turbinas deitadas e vem sendo anunciado como provocando menores espelhos de água, o que diminui problemas de evaporação e de áreas de terra firme atingidas com o represamento da água. Nenhum dos dois problemas é resolvido por completo, mas ameniza (limitadamente) a expectativa de provocar transtornos sociais e ambientais. A discussão sobre a nova tecnologia, emanada das salas de planejamento de engenharia, tem chegado às salas das prefeituras de locais como o próprio Juazeiro, Curaçá, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Abaré e Orocó, mas a sua divulgação entre a população faz muito pouco para aliviar a tensão sentida pelas populações que têm consciência de estarem numa área que pode receber uma nova barragem. Muitos têm lembranças, próprias, de parentes e de amigos, de Sobradinho e de Itaparica, e a sua expectativa sobre os possíveis impactos, bem vigiados e problematizados pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pelo Movimento de Atingidos de Barragens, é predominantemente negativa.

A vivência desta área, em Pernambuco e na Bahia, é muito variada – enquanto mais próximo a Petrolina e Juazeiro (mesmo sendo a distância de mais de cem quilômetros dessas cidades) mais se procura investir, com mais ou menos sucesso, em fazendas irrigadas (sobretudo de vitivinicultura e de produção de vinagre e vinho), mas nos seus interstícios, ainda há fazendas com os produtos tradicionais de melancia, melão e cebola, que evidenciam uma limitada tecnificação da sua produção. Nem todas as empresas que se dedicam a esta produção obtêm sucesso. Mesmo com produção mista em ambos os orlas, há mais fazendas no lado Pernambucano e mais terras de produção de posseiros e pequenos proprietários no lado baiano.

No município de Lagoa Nova, bem como em Santa Maria da Boa Vista (ambos em Pernambuco), na caatinga próxima às áreas irrigadas, as terras secas abrigam a maior concentração de assentamentos de trabalhadores sem terra no Estado. São retirantes de locais afetados pela seca, expulsos de fazendas em reestruturação ou desistentes da esperança de encontrar trabalho nas sedes municipais da região. Vistos como desordeiros e aproveitadores pelos seus oponentes, eles estão cientes da frequência de falência de fazendas, e sempre atentos aos indicativos de improdutividade das fazendas, antigas e novas, os trabalhadores dos assentamentos dos sem terra se organizam para receber o apoio tanto de entidades nacionais e locais de trabalhadores quanto do governo (especialmente INCRA) para formar lotes e se associarem para poderem trabalhar com agricultores e criadores familiares. Para

montar o seu projeto de vida, eles dependem do insucesso de fazendeiros e outros ribeirinhos tradicionais, quando estes não se encontram bem articulados com as estratégias de fruticultura irrigada e de exportação da CODEVASF.

Espaços etnicizados e territórios negociados

A democratização que ocorreu nos anos 1980, culminando na constituição de 1988 e nos governos subsequentes, reconheceu direitos de uma multiplicidade de povos e de segmentos populacionais intensificando um processo de reemergência de identidade étnica que ampliou a disponibilidade de reconhecimento de grupos indígenas e de quilombolas pela FUNAI e pela Fundação Cultural Palmares (Oliveira 2011; O'Dwyer 2008). Os povos se organizam em torno dos direitos, e fazem os seus pleitos visíveis a estas fundações do governo, que, mesmo com orçamentos diminutos, ficam como responsáveis por reconhecer e assegurar os procedimentos administrativos de regularização dos seus direitos à terras e ao seu uso, bem como a sua inclusão em programas sociais destinados à populações destas etnias. Nos vinte e cinco anos que decorreram depois da constituição, a legitimidade desses pleitos se fortaleceu e muitos territórios foram identificados e delineados. Quando os traslados de Itaparica se realizaram não existia nenhum espaço institucional para reconhecimento de populações negras com autonomia e história próprias. Já no EIA-RIMA para o projeto da barragem de Riacho Seco a existência de populações quilombolas na Bahia e em Pernambuco foi um fator importante para pensar direitos especiais a mitigações que respeitam o auto-reconhecimento e os processos institucionais estabelecidos junto ao Estado.

A não inclusão do projeto da barragem de Pedra Branca no estudo do EIA-RIMA resultou em evitar um confronto com a população indígena Truká, que traça o seu pertencimento étnico a uma relação estreita com os Tuxá (divididos no traslado de Itaparica) e com os Tumbalalá (que teve terras férteis que entenderam como suas entregues a um projeto especial de ribeirinhos não-étnicos reassentados). Assim, pela percepção dos Truká, a CHESF se enquadra no conjunto de instituições e grupos que historicamente afastaram populações indígenas de terras próprias. Foi nesta mesma década que a Justiça reconheceu o direito do povo Truká à Ilha de Assunção e ao arquipélago próximo no Rio São Francisco, mesmo diante do fato de que esta ilha maior estava ocupada por posseiros que proibiam a presença dos próprios índios nas terras decretadas como suas. Os confrontos acirrados entre indígenas, respaldados pela lei e posseiros levou à desocupação da ilha por estes e a sua retomada pelos indígenas. O crescimento dos espaços para grupos étnicos reforça a existência de territórios que permitem a vivência de projetos de vida associadas à adesão de uma identidade, que conjuga uma questão tangível do acesso ao território com a intangibilidade da força de identidade. Os objetivos de ser do grupo indígena não se prendem a nenhum projeto específico de desenvolvimento, mesmo que o grupo almeje melhorar de vida, sem poder o respeito pela sua maneira de ser.

A preocupação dos Truká é com a perspectiva do Projeto de Desenvolvimento da CHESF, se cumprido, inviabilizar a sua retomada territorial e o reforço da sua identidade reemergida, tornando-os uma população atingida, a ser “mitigada”. É fácil entender que essas condições informam uma posição de resistência plena a tais

projetos. Os grupos quilombolas, por serem mais dispersos e demograficamente menores, apenas alguns dos quais ocupando a beira do Rio, mesmo quando resistem, não acumulam ainda o mesmo poder que os Truká. De qualquer jeito, o reconhecimento da legitimidade da etnicização, indígena e quilombola, e das identidades sociais permite que os projetos de vida de alguns grupos possam oferecer resistência mais acirrada contra projetos de desenvolvimento que os ameaçam.

Estes grupos encontram as frestas dos projetos de desenvolvimento, utilizando-se das suas alianças no governo e em entidades internacionais que defendam direitos. Movimentos nacionais de grupos indígenas, de raça, de trabalhadores e de atingidos de barragens mediam a comunicação entre as áreas locais e os muitos agentes extra-locais que os respaldam. É um esforço contra-hegemônico que busca possibilitar uma diversidade de meios de vida que não se orientam pelos objetivos de projetos de desenvolvimento, pois tais objetivos não os contemplam.

A Transposição das águas do Rio São Francisco

Levar água ao sertão “assolado pelas secas” talvez seja um dos projetos de planejamento mais antigos do país. Para viabilizar esta ideia, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o Governo já vem contratando grandes consórcios de construtoras que operam em dois pontos de tomada de água do São Francisco (um dos quais é próximo ao ponto mais ocidental da Ilha de Assunção) para ser levada em canais aos estados mais ao norte. Estou ainda sem informações de pesquisa direta sobre este empreendimento, que configura um projeto de desenvolvimento para a região através da criação da infra-estrutura para o fornecimento de água para consumo e para aproveitamento empresarial em muitos locais no Nordeste. Basta dizer que, além de ter enfrentado disputas políticas fortes entre a priorização da transposição ou da revitalização do rio (nas quais o primeiro grupo prevaleceu, alegando que não desprezaria a ideia de preservar e conservar o rio), hoje em dia, há equipes construtoras espalhadas em trechos de obras pela caatinga construindo canais com capacidade técnica de levar a água. Ao mesmo tempo, próxima à tomada de água em Cabrobó, cujo canteiro de obras foi ocupado em 2007, se aglutinam populações que se entendem como ribeirinhos tradicionais, como quilombolas, como indígenas, como sem terra, e, em geral, que questionam os efeitos da obra sobre os seus projetos de vida próximos ao rio.

Ao longo desta descrição dos 453 quilômetros do Rio São Francisco percebe-se que há uma diversidade cuja variação pode ser compreendida com referência a diferenciações que colocam em oposição projetos de desenvolvimento e projetos de vida. Três diferenciações que merecem atenção são as de iniciativas/objetivos, as de planejamento e as de resistência. É importante entender que não se trata de uma oposição plena, pois, afinal de contas, se está designando ambos de “projetos”, sugerindo certa intencionalidade em cada caso. Intenções podem diferir. Podem incluir e excluir diferentes segmentos populacionais e grupos. Se para muitos, desenvolvimento traz vida, e, um pouco mais precariamente, vice versa, é preciso saber quando esta associação simplória camufla para quem as iniciativas são tomadas, por e para quem os objetivos são formulados, por e para quem as ações são planejadas, e, sobretudo, entender quando as ações provocam adesão e quando provocam resistência por parte destes diferentes segmentos e grupos.

As práticas de segmentos e grupos informam vocações vividas e, geralmente, defendidas por eles. Vocações, implícitas e explícitas, são decisões de práticas de vida que implicam na adesão a certos projetos. As pessoas dizem que indivíduos têm vocação para realizar algum tipo de atividade para realçar aspectos de habilidade e de gosto. Da mesma forma, os defensores de projetos coletivos elaboram um discurso que alega que certas áreas (socioculturais, geográficas, imaginativas) têm vocação para alguns estilos de vida, justamente para direcionar a interpretação da história do contexto da sua ação de uma maneira favorável à consecução dos objetivos do seu projeto de articulação de interesses econômicos, financeiros e políticos. Quando há grupos que aderem a essa interpretação da história, estabelece-se uma vocação realizada, e aumenta a fabricação individual de versões de histórias de vida das pessoas que fazem referências a essas habilidades e gostos coletivizados como influenciando as suas escolhas de vida.

Exemplificando, frases como “aqui sempre foi lugar de plantar cebola” ou “nesta terra o que dá mais é cebola” pronunciadas por agricultores locais é uma frase que marca um tempo histórico do Rio São Francisco que definiu um produto específico como privilegiado num projeto que favoreceu uma estratégia comercial e econômica de organização e fluxo de produtos para certos mercados. Mas é vivido como uma vocação do lugar. O grau de convicção de quem pronuncia a frase se relaciona com a sua adesão (ou contestação) à imagem criada. Visto de outra maneira mais doméstica (e menos geográfica), se encontram mais pessoas criadas em casa de músicos que descobrem uma vocação para música, com vocação de agrônomo em casa de agricultores e fazendeiros, e assim por diante. Para falar em uma vocação realizada, então, precisa-se saber a dimensão do projeto que a informa, mesmo sabendo que o projeto nunca será o único possível, pois vocação também se escolhe.

Quando se refere a projetos de desenvolvimento, é evidente que se está referindo a *manifestações da dinâmica operacional de domínios de poder de diversos agentes que se articulam* para assegurar o seu favorecimento histórico em locais que se entendem, em alguns casos, como *polos*, em outros casos, por outras designações. Vainer e Araújo (1992) descrevem estes projetos como Grandes Projetos de Investimentos, Ribeiro (1992) também emprega o termo grandes projetos¹¹ e Nicholas Hildyard (2011) caracteriza projetos de barragens como “estratégias transnacionais de competição para controle corporativo (empresas públicas e privadas).” Todos destrincham a enorme quantidade de interesses financeiros, políticos e técnicos de que circulam em torno de todas as etapas de planejamento e execução de projetos de barragens. Entender que a vocação do Rio Francisco é de gerar energia ou de exportar frutas implica em estabelecer uma articulação entre todos esses agentes, e não necessariamente uma aliança com quem organiza a sua vida em torno do rio.

Pensado como parte de um projeto, a noção de vocação realizada se enquadra na noção de *habitus* empregado por Bourdieu (1977, 1997), com a ressalva que a aplicação da ideia de Bourdieu requer uma determinação explícita do campo para escolher e identificar polos dominantes e dominados, dentro desse campo. Esta definição de campo pode ofuscar a necessidade de negociar entre campos. Quando o encontro entre diferentes campos põe em negociação uma importância maior ou menor dada a estes diferentes campos, aqui descritos como projetos, há uma dinamicidade do confronto múltiplo entre os projetos, ou campos. Para contestar um campo ou um

projeto, questionam-se as vocações realizadas que ele fabrica, e nesta resistência adere-se a outro(s) projeto(s), cujo discurso elabora referências a outras “vocações realizadas”.

Arturo Escobar (2008), ao discutir projetos de desenvolvimento, encontra importantes projetos de *lugares* que se contrapõem aos projetos de desenvolvimento. Estes lugares não são nem isolados, nem menos globais que os projetos de desenvolvimento, mas nos fluxos e circulação de ideias e recursos que os sustentam, conseguem-se elaborar como projetos alternativos, ou projetos de resistência. Há um conteúdo de provação por projetos de desenvolvimento que faz com que estes projetos de resistência sejam caracterizados por si mesmos como sendo projetos de vida, sugerindo mais humanitarismo, mais solidariedade social, mais inclusão, enfim, mais preocupação com o outro. Este discurso abre um espaço para a diversidade, independente da capacidade dos projetos de resistência efetivamente cumprirem tantos requisitos alternativos de contraposição a projetos de desenvolvimento.

No Brasil, a escolha de dois lemas para orientar gestões dos governos pretensamente democráticos, simultaneamente desenvolvimentistas e sociais, de Presidente Lula e Presidenta Dilma mostra um realce diferente à diversidade social (“Brasil, um país de todos”), e ao crescimento desenvolvimentista (“Brasil, país rico é país sem pobreza”), respectivamente. Não se trata de comparar duas gestões, mas apenas de chamar atenção que na convivência e no confronto entre projetos semelhantes ou iguais pode haver oscilações nas ênfases dadas, sempre havendo brechas para a formulação e execução de uma multiplicidade de projetos.

POLOS, PLANEJAMENTO, TÁTICAS E DESIGUALDADE NA MONTAGEM DE DIFERENTES PROJETOS

Um projeto de desenvolvimento exige um aparato institucional de tal monte que o setor de planejamento recebe uma priorização para que, na medida em que a racionalidade que a sua governança permite (Teixeira; Lima 2010), sejam feitas sistematicamente as articulações de acordo com objetivos explicitados hierarquicamente. Mesmo assim, a capacidade de planejamento enxergar e tratar as demandas do povo em esquemas de modernização e desenvolvimento foi questionado profundamente no trabalho *Seeing Like a State*, de James Scott (1998), questão também sublinhada por Teixeira e Lima (2010), que reconhecem a necessidade de lidar com demandas dos que almejam presentes e futuros diferentes. Planos e projetos de desenvolvimento costumam enfatizar a produção e o comércio de algum produto (ou conjunto de produtos e meios de produzir), e na hierarquia de valores enfatizados, esta produção e comércio ganha destaque e toma a forma de objetivos com metas mensuráveis.

Num processo que designo de descaso planejado (Ver Scott 2009, 2011, 2012a) esta elaboração consciente e planejada de objetivos de primeira ordem, associados aos recursos eleitos para serem enfatizados em planos de desenvolvimento, sempre gera um conjunto de objetivos de segunda ordem que reporta ao que se tem que fazer, mesmo sem querer, para alcançar os objetivos de segunda ordem (o eufemismo mais popular sendo: medidas mitigadoras). Nem a legislação, nem as condições políticas de efetivar o alcance dos objetivos de primeira ordem, permitem que os objetivos de segunda ordem sejam esquecidos no planejamento. Porém, na hora do alcance

dos objetivos de primeira ordem não há mais premência à busca dos objetivos de segunda ordem, pois não há porque obedecer a criação das condições necessárias para alcançar o que já se alcançou (a menos que seja como um compromisso moral, uma dívida moral, que não costumam ter o mesmo poder de movimentar aparatos institucionais quanto o alcance dos objetivos de primeira ordem).

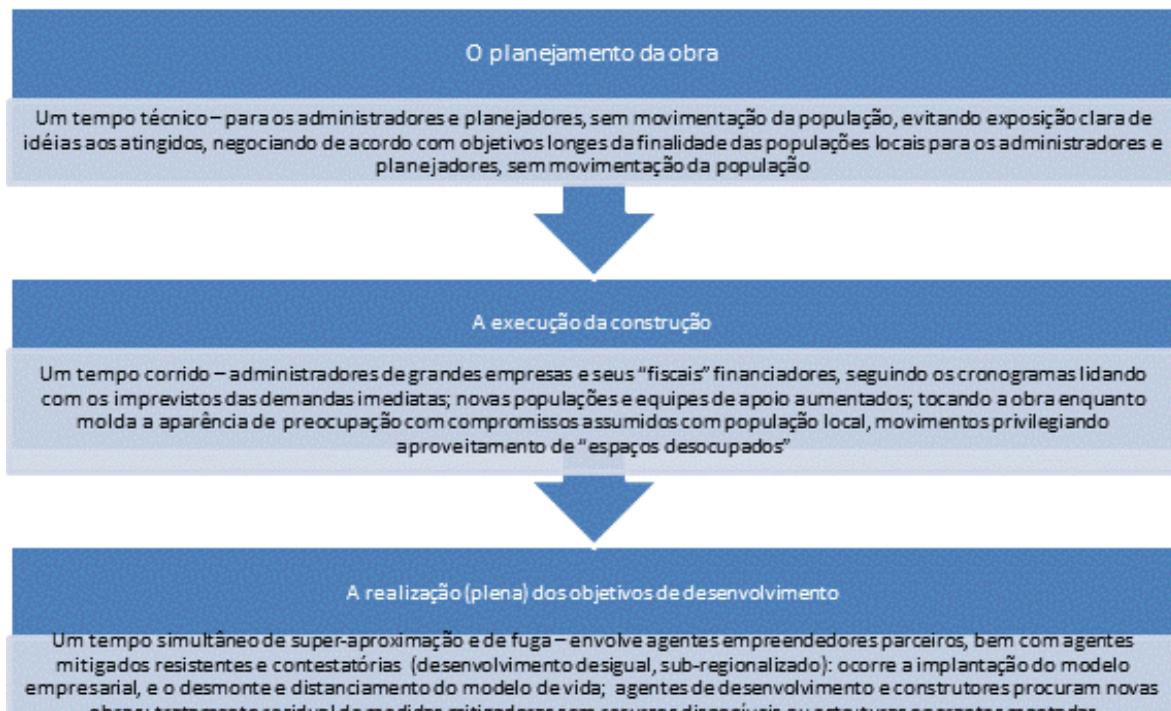
O que ocorre ao estabelecer um campo institucional e geográfico de atuação para um projeto de desenvolvimento? Executando de acordo com o planejamento, há:

- *Uma reelaboração de histórias tradicionais* que reificam, ao mesmo tempo em que reinventam, elementos que podem receber destaque para justificar a intervenção na área (no caso de toda a beira do rio São Francisco se enfatiza a pobreza, o assalariamento, a subordinação do povo ribeirinho; enquanto camufla que historicamente a beira do rio representa a fuga da seca, a disponibilidade de água abundante sem agrotóxicos, e o pleno emprego: também exemplificando o processo de seleção natural eliminando colonos descapitalizados);
- *Um fortalecimento de instituições específicas de execução* que permite o estabelecimento, crescimento e reatualização organizativa constante (no caso do Rio São Francisco, de Instituições como CHESF, CODEVASF e dos Ministérios de Minas e Energia e de Integração);
- *Um reforço de simbologias positivas de ações coordenadas, local e globalmente* que busca na própria dimensão de circulação global e nacional de valorização de ações associadas ao projeto cujas repercussões são sentidas de uma forma desigual localmente (no caso do Rio São Francisco, o destaque da saúde financeira da CHESF e da sua inserção favorável no Sistema Eletrobrás e o seu uso das tecnologias mais avançadas de geração de energia, bem como a capacidade de firmas exportadoras de frutas assegurarem os níveis de qualidade exigidos pelos mercados externos nacionais e internacionais e da Petrolina-Juazeira e sediar a maior feira nacional de equipamento para agricultura irrigada (a FENAGRI está na sua 24ª edição, homepage: www.fenagriexpovale2013.com.br/not11.php)
- *A administração orquestrada de agentes parceiros* que visibiliza a criação de cadeias de benefícios, de externalidades, de esmero técnico e de capacidade de abrir oportunidades para muitos (no caso do Rio São Francisco é a colaboração de grandes construtoras e consultores de engenharia, institutos de pesquisa especializadas, firmas publicitárias e executores de assistência através de leilões, licitações e contratos, bem como a articulação entre produtores, *packing houses*, e firmas de exportação).

A geração de energia é realizada por CHESF, que articula a produção de energia no Nordeste e fora do Nordeste. O polo Petrolina-Juazeiro é um polo que se autoidentifica como sendo de agricultura irrigada de exportação. São polos, emblemas de políticas que puxam o desenvolvimento. Mas também estes polos, por atuarem onde há histórias antigas de ocupação densa e aproveitamento para sustentar muitas pessoas, também, no ambiente de relações desiguais suscitado pela sua presença, contribuem para provocar a elaboração de outros

projetos, que são projetos que não se entendem como pólos. São projetos de vida que se inserem em contextos históricos e sociais e que se situam de acordo com as negociações de poder e de possível convivência nesses contextos. São estilos de vida que se elaboram em projetos de resistência para poderem se perpetuar diante de desigualdades que precisam ser combatidos, direta ou indiretamente¹², justamente para estes estilos de vida não serem excluídos devido a sua secundarização nos projetos de outros.

Os antropólogos Thayer Scudder e Elizabeth Colson (1982), em estreita colaboração com planejadores de grandes projetos de desenvolvimento, fizeram um apelo, hoje clássico, para a colaboração de cientistas sociais para assegurar que os componentes de projetos de desenvolvimento assegurassem condições de melhoria de vida¹³ para os reassentados. Usando uma periodização que espelha a dos projetos de desenvolvimento, o levantamento deles mostrou que nos reassentamentos: o primeiro período, de *planejamento* se alcança; o segundo período, de execução, se alcança; o terceiro período, de *desenvolvimento*¹⁴, se prolonga e mostra precários resultados; e o quarto, e último, período, de *emancipação*, se faz de fachada, pois não há mais o que se esperar.



Quadro 1: Práticas e usos de tempo em projetos de desenvolvimento e projetos de vida

No confronto entre projetos de desenvolvimento e projetos de vida há um jogo de negociação de percepção de tempo que desfavorece a população atingida, segundo o esquema abaixo (quadro 1):

A execução de projetos de desenvolvimento em qualquer região, como se viu no Rio São Francisco resulta na realização plena (ou mesmo, não tão plena) dos objetivos do plano de desenvolvimento, mas favorece a identificação de um tratamento desigual que, tendo se evidenciado durante parte das negociações ao longo do planejamento e execução do projeto, toma feições ainda mais contrastantes quando se trata de chegar no período quando o projeto de desenvolvimento atinge, ou está atingindo, os seus objetivos. Em outro trabalho (Scott 2012) identifiquei as táticas empregadoras pelos defensores de projetos de desenvolvimento de fugir dos seus compromissos associados aos objetivos de segunda ordem, entendidas como as medidas mitigadoras diante da população atingida. Aqui acrescento uma comparação diferenciando entre os projetos de desenvolvimento e os de projetos de vida dos que, de uma maneira ou outra, foram (ou podem ser) alvos de medidas mitigadoras, e que, frente a isso, fazem as suas estratégias de vida virar projetos coletivos para a realização das suas vocações. Visto primeiro de ponto de vista expressos e das táticas acionadas pelos defensores de projetos de desenvolvimento, encerra-se o trabalho com uma reinterpretação sobre a construção de projetos diversos e locais e a sua capacidade de confrontar e resistir o que os atinge negativamente nos projetos de desenvolvimento.

Questão	Projetos de Desenvolvimento (Energia, Agricultura Irrigada, Transposição de Água)	Projetos de Vida (Reassentamentos; Assentamentos de sem terra, Indígenas e Quilombolas)
Moralização	Empreendedores competitivos com capital e capacidade técnica, com instrução e práticas profissionais enaltecedores	Preguiçosos ou Espertos que querem aproveitar-se do Estado, pessoas manipuladoras, clandestinas e agressivas, que ignoram ou desrespeitam direitos
Metamorfose Institucional	Adaptações de organização de instituições, departamentos e parceiros para otimizar alcance dos objetivos	Mudanças de interlocutores para cobrar medidas mitigadoras, Falta de informação e disponibilidade para diálogos
Continuidade	Novos projetos estendendo área de influência e de atuação na área da sua vocação	Um abandono planejado após trabalho precário realizado apenas para cumprir o mínimo legal
Incorporação Burocrática	Novas inclusões de agentes políticos e econômicos dos empreendedores em postos administrativos decisivos	Convite aos movimentos e organizações reivindicadores para fazer tarefas administrativas não contestatórias

Quadro 2: Pontos de Vista e Táticas Operacionais dos Defensores de Desenvolvimento sobre Projetos de Desenvolvimento e Projetos de Vida

O quadro 2 realça a construção de extraordinária positividade e operacionalidade de parte dos agentes dos projetos de desenvolvimento, e de extrema negatividade e sujeição a manipulação institucional contra os reais ou potenciais mitigados. São projetos bons para seus planejadores, elaboradores e executores, e excludentes e omissos para os que neles mal se enquadram. Simplifica o quadro, no sentido que as próprias exceções da inclusão nos pontos de vista e táticas representados neste quadro poder incluir, com freqüência, pessoas e setores inteiros dos que trabalham junto aos agentes de desenvolvimento, mas que tenham simpatia e apóiam os pleitos dos mitigados para poderem não ser prejudicados nos seus projetos de vida. A própria idéia da elaboração de um projeto de vida, a depender dos contextos em que ocorre, passa por menos definição explícita e planejamento de objetivos, despertando-se a necessidade de um planejamento muitas vezes mais em função de necessidade de reação, de contraposição e de resistência. Muitos dos mesmos elementos que levam a preterir o alcance das medidas mitigadoras são os que mobilizam a população de se posicionar diante dos processos aos quais estão sendo, ou podem estar sendo, futuramente, sujeitos.

A aplicação de projetos de desenvolvimento desencadeia ou reforça processos de atualização histórico-simbólicos, nenhum projeto alcançando, incólume o seu projeto de vocações realizadas. A população forma sindicatos que se tornam pólos-sindicais e que se integram em associações e federações nacionais e internacionais. Os atingidos por barragens se comunicam nacional e internacionalmente e identificam pontos fulcrais para orientar as suas ações. Se os movimentos de sem terra estão de olho na falência de empresas e fazendas locais que não conseguem desempenhar vocações de produção capitalista eficiente, a sua atuação não é arbitaria nem desvinculada de um planejamento e orientação muito mais amplos sobre procedimentos que são mais eficazes. A agricultura familiar e a agroecologia apresentam modelos de produção diferenciadas e se respaldam em programas operados pelo governo brasileiro e por instituições internacionais. Os indígenas retomam a terra e têm a plena consciênciade movimentos indigenistas no mundo inteiro, reunindo-se e planejando os seus passos. Apoio jurídico é disponível para todas essas ações. A desigualdade não se desfaz assim, mas há um processo de territorialização de identidades re-emergentes que são projetos heterogêneos que fazem referência a estilos de vida mais de que aos índices de produção, de exportação e de articulação de estratégias de desenvolvimento. São emergências e re-emergências polivocais que abrem alguns espaços de resistência que possam aliviar, pelo menos um pouco, a insegurança que é criada quando o Estado e seus aliados produtivos anunciam projetos de desenvolvimento para algum lugar que quer, ainda, ser um lugar onde se valoriza o estilo de viver de cada grupo.

A presença do Estado e a formação de agenciamento local articulado extra-localmente transformam grupos locais através da criação de uma combinação na qual são as relações com o Estado presente e atuante que provocam perdas e a operação de táticas de desmonte, e estas são contrapostas pela agência de grupos específicos que encontram aliados neste próprio estado bem como em múltiplos locais nacionais e internacionais. Em outras palavras, o que era Insegurança Administrada provoca Reemergencias Polivocais – Étnicas, de Trabalhadores e de Direitos – que, se não se estabelecem, nem almejam se estabelecer, como pólos de desenvolvimento, ou serem campeões de produção e comercialização, querem melhorar de vida e encontrar espaços para resistir às ações do

estado que os prejudiquem. Buscam maneiras de se inserir nessas relações de poder e usar os mecanismos ao seu dispor para se tornarem, pelo menos, respeitados nos seus direitos por algum tempo. A julgar pela história do Rio São Francisco, enquanto mais próximo às ações mitigadoras do Estado, maior o desafio para encontrar formas de resistência.

NOTAS

- 1 Calculado dos dados da distância da foz constante no portal da CHESF: http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/sistema_chesf/sistema_chesf_geracao/conteiner_geracao?p_name=8A2EEABD3C01D002E0430A803301D002
- 2 Os termos de referência da pesquisa sobre o traslado da população insistiam na pesquisa antropológica da moradia diversificada anterior e acompanhamento do processo de reassentamento, resultando num projetos elaborado pelo economista Dirceu Pessoa (Da FUNDAJ) e por Parry Scott (da UFPE) com o apoio de Sra. Rosa Amorim do Departamento de Economia da FUNDAJ.
- 3 Pesquisas sobre “Programas de Saúde e Gênero em Diferentes Contextos Sociais em Pernambuco” receberam auxílio primeiro do CNPQ, e depois da Fundação Ford (ver livro de Scott, *et. al.* 2007 para detalhes).
- 4 Esta pesquisa sobre Violência Contra Mulheres em Contextos Rurais recebeu apoio da Secretaria especial de Políticas para Mulheres da Presidência do Brasil, do CNPQ, e do Ministério de Desenvolvimento Agrário.
- 5 Foram instituições e firmas de consultoria de variadas dimensões, articulações e capacidades organizativas que trabalharam na elaboração deste estudo, entre os quais se sobressaíram com responsabilidades diversas: uma pequena empresa de consultoria Brasilencorp, o setor de Meio Ambiente da CHESF, o ENGEVIX e o Instituto de Ecologia Humana. Todos se envolveram em etapas diferentes de um procedimento complexo e até hoje inconcluso nas suas consequências.
- 6 A pesquisa foi apoiada por um edital da Secretaria Especial da Mulher do estado de Pernambuco e pela FACEPE, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.
- 7 A pesquisa se intitulou “Estudo dos impactos socioambientais e de valoração econômica dos danos ambientais causados pela passagem da linha de transmissão Cabrobó/Pedra Branca 69 kv na terra indígena Truká” iniciada em 2012 e que se estende até o 2014.
- 8 Acessado em 26 de dezembro de 2013.
- 9 Estes dois bairros estudados tiveram apoio da prefeitura para a construção das casas em áreas de ocupação na periferia de Petrolina.
- 10 Em menor número, houve também população que recebeu indenização monetária, que foi para pequenos projetos de grupos (um dos quais reproduziu condições privilegiadas para um grupo restrito de produtores de um projeto implantado pela SUDENE trinta anos antes), que foi morar nas cidades, que foi administrar piscigranjas, ou, no caso dos índios Tuxá, que se subdividiu em seguidores de duas lideranças diferentes, habitando reassentamentos a mil quilômetros um do outro (ver Araújo 2000, Scott 2009).
- 11 Nas palavras de Ribeiro: “Um grande projeto é um acontecimento do sistema mundial e um segmento privilegiado do mercado da construção civil disputado intensamente pelas maiores companhias transnacionais e nacionais que operam no setor. Esses projetos têm características particulares que tornam possível que os consideremos como uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos. Mais características podem ser sinteticamente agrupadas sob três dimensões: o gigantismo, o isolamento e a temporariedade” (Ribeiro 1992: s/p).
- 12 As armas dos fracos das quais James Scott(1985) faz referência (dissimulação, sabotagem, procrastinações, lentidão) são importantes diante de grandes desigualdades intransponíveis, mas, quando o contexto permitir, quando as condições históricas e políticas permitirem, a eles podem ser somadas articulações coletivas que favorecem uma elaboração coletiva de projetos de vida alternativas.
- 13 Hoje, quase quarenta anos depois, esta ideia já está incorporada e aperfeiçoada no trabalho da relatora especial da ONU para a moradia adequada na forma do reconhecimento que estes projetos têm a obrigação de “garantir condições iguais ou melhores” para os que são relocados devido a projetos de desenvolvimento. A Raquel Rolnik, representante brasileira desta comissão repetiu esta frase numerosas vezes em dezembro de 2013 ao visitar e falar sobre as demolições e sobre as indenizações (de valor baixo ou inexistente) oferecidas aos moradores urbanos no Recife que perderam as suas casas para assegurar a mobilidade urbana de espectadores (e, apenas indiretamente, da população trabalhadora da cidade) prevista nos planos para a realização da Copa do Mundo.
- 14 A designação deste terceiro período como de desenvolvimento pelos seus autores mostra o quanto o próprio ideário de desenvolvimento que informa os projetos que deslocam a população não consegue ser diferente para a população atingida e reassentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. 1963. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. 1994. "A experiência de organização dos reassentados de Itaparica". In: L. Medeiro et al. (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP.
- _____. 2000. *Sonhos Submersos ou Desenvolvimento: Impactos da Barragem de Itaparica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete. 2011. *Globalization and the Time-Space reorganization: Capital Mobility in Agriculture and Food in the Americas*. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited.
- BOURDIEU. 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1996. *Razões práticas*. São Paulo: Papirus.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. 2004. *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente*. Buenos Aires: CLACSO.
- CERNEA, Michael (org.). 1991. *Putting People First*. Oxford: Oxford University.
- ESCOBAR, Arturo. 2008. *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Duke, Durham.
- HILDYARD, Nicholas. Recuperado em 10 de abril de 2011 de <<http://www.thecornerhouse.org.uk>>.
- MELO, Ligia Albuquerque de; FISCHER, Izaura. 1996. *O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Massangana.
- MOURA, Abdias. 2002. *O Sumidouro do São Francisco: origem dos conflitos no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. 2008. "Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento". *Tomo 11*: 43-58.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). 2011. *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- PAES-MACHADO, Eduardo (org.) 1987. *Poder e participação política no campo*. São Paulo: Cerifa.
- PIERSON, Donald. 1972. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter-Suvale (3 vols.).
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1992. "Bichos-De-Obra. fragmentação e reconstrução de identidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18: 30-40.
- ROCHA, Humberto José da. 2013. *Relações de poder na instalação de hidrelétricas*. Passo Fundo-RS: EdiUPF.
- SCOTT, James C. 1985. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale Univ.
- _____. 1998. *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale Univ.
- SCOTT, Parry. 2007. "Morais, religião e sexualidade em contextos urbanos, rurais e indígenas: namoro, aborto e responsabilidade". In: P. Scott; R. Athias; M. Quadros (orgs.). *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- _____. 2009. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a Barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

- _____. 2011. "Descaso Planejado: Uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no Rio São Francisco". *Anais do VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural*, Porto de Galinhas.
- _____. 2012a. "Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco". In: A. Zhouri (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA.
- _____. 2012b. "Duplamente atingidas: violência, mulheres e políticas do estado numa grande barragem no Nordeste". *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 23(1): 179 -190.
- _____. 2014. "O patriarca atacável: Simbologia, Poder e Movimentos no Combate à Violência contra Mulheres". In: M. T de Quadros & L. S. Albernaz (orgs.). *Violência contra as mulheres em contextos rurais e urbanos*. Série Família e Gênero, 16, no prelo.
- _____; RODRIGUES, Ana Claudia; SARAIVA, Jeíza. 2010. "Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais". In: P. Scott, R. Cordeiro & M. Menezes (orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- SCUDDER, Thayer; COLSON, Elizabeth. 1982. "From Welfare to Development: A Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People". In: A. Hansen & A. Oliver-Smith (eds.). *Involuntary Migration and Resettlement*. Boulder: Westview Press.
- SIGAUD, Lygia. 1986. *Efeitos sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional 9: 1-116.
- SIQUEIRA, Antonio Jorge de (org.) 1997. *Identidade e cidadania no Brasil*. Recife: Editora Universitária, UFPE.
- TEIXEIRA, Carla Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. 2010. "A Antropologia da Administração e da Governança no Brasil: Área Temática ou Ponto de dispersão?". In: C. B. Martins & L. F. D. Duarte. (orgs.) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: ANPOCS.
- VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. de. 1992. *Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional*. Rio de Janeiro: CEDI.
- WOLF, Eric. 1982. *Europe and the People without History*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.

Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades

RESUMO

O artigo examina a diversidade de transformações a partir dos projetos de desenvolvimento no Rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica desde 1973. Mostra uma geopolítica de negociações, disputas e redefinições constantes sobre territórios, para desvendar estruturas de poder na região. Os processos de planejamento, definição de objetivos, operações de implantação e resistência criam uma geopolítica histórica de disputas sobre territórios e vocações privilegiadas neles. Caracteriza: barragens como projetos de desenvolvimento de energia da CHESF; agricultura irrigada para exportação como projeto de desenvolvimento da CODEVASF; agricultura familiar/comercial em agrovilas de reassentados como projetos de vida de atingidos/mitigados; assentamentos agrícolas do MST como projetos de vida para ocupar espaços de empresas falidas para agricultura família/comercial; e territórios indígenas e quilombolas como projetos de vida de reemergências de identidades étnicas num contexto democratizante. Diferencia lógicas de uso de tempo e estabelecimento de prioridades entre projetos de desenvolvimento e de vida que resultam na formação de territórios diversos, permeados por negociações e conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: rio São Francisco; projetos de desenvolvimento; projetos de vida; territórios; poder.

San Francisco river development projects: administrating vocations and inequalities

ABSTRACT

This article examines transformations brought about by development projects since 1973 between the Sobradinho and Itaparica dams on the San Francisco River. It shows the geopolitics of negotiations, disputes and constant redefinitions over territories in order to show regional power structures. Planning processes, definition of objectives, implantation operations and resistance create historic geopolitics of disputes over territories and vocations privileged by them. It characterizes: dams as energy development projects of CHESF; irrigated export agriculture as a development project of CODEVASF; family and commercial agriculture in resettlement agro-villas as life projects of impacted/mitigated populations; MST agricultural settlements as life projects of family and commercial agriculture occupying spaces of failed enterprises; and indigenous and quilombola territories as re-emergent ethnic identity life projects in a democratizing context. It differentiates logics of time use and priority establishment between development projects and life projects in the formation of diverse territories permeated by negotiations and disputes.

KEY WORDS: San Francisco River; development projects; life projects; territories; power